



ATA DA III REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSEA GESTÃO 2007-2009

26 e 27 de fevereiro de 2008

1
2
3
4
5
6 Às dez horas do dia vinte e seis de fevereiro do ano de dois mil e oito, no Auditório do
7 Anexo do Palácio do Planalto, situado à Praça dos Três Poderes, s/nº, Brasília-DF, foi
8 realizada a III Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e
9 Nutricional - CONSEA, órgão de assessoramento do Presidente da República, instituído
10 através da Lei nº. 10.683, de 28 de maio de 2003, em seu Art. 1º, § 1º, inciso III, e pela Lei
11 11.346, de 15 de setembro de 2006 e regulamentado pelo Decreto nº. 6.272, de 23 de
12 novembro de 2007. A lista de presença encontra-se anexa. Pauta do dia 26: 1. Aprovação da
13 Ata da II Plenária e da Pauta – 10h às 10:15; 2. Informes – 10:15 a 10:30; 3. Agenda Social
14 do Governo Federal – Mirian Belchior - Subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa
15 Civil - 10:30 a 12:30 - 3.1 Apresentação, 3.2 Debates, 3.3 Encaminhamentos; Intervalo –
16 Almoço – 12:30 a 14h; 4. Informes sobre PPA e Orçamento das ações relacionadas à
17 Segurança Alimentar e Nutricional - 14h a 14:30 - 4.1 Plano Plurianual 2008-2011, 4.2
18 Orçamento da União 2008, 4.3 Execução Orçamentária da União em 2007; 5. Planejamento
19 das atividades do CONSEA e do seu funcionamento – 14:30 a 15:00 - 5.1 Apresentação das
20 propostas dos Grupos de Trabalho constituídos da Plenária de novembro de 2007, 5.2
21 Roteiro e Organização dos Trabalhos em Grupos para a discussão dessas propostas; 6.
22 Trabalho em grupos – 15:00 a 17:30; 7. Apresentação do Documentário sobre direito
23 humano à alimentação adequada “PERAÍ, É NOSSO DIREITO!” – 17:30 a 18:05; 8.
24 Encerramento do primeiro dia – 18:15. A Plenária teve início com o presidente do
25 CONSEA, Renato Maluf, dando boas-vindas aos presentes e convidando a compor a Mesa
26 o Ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, e a
27 Coordenadora-Geral Interina da Secretaria do CONSEA, Carmem Priscila Bocchi. A seguir
28 apresentou a pauta e consultou se todos estavam de acordo com a mesma. A pauta foi
29 aprovada. Informou que a ata da II Reunião do CONSEA foi enviada, via correio
30 eletrônico, aos Conselheiros, e que em caso de alteração da mesma, que informassem à
31 Secretaria para as devidas modificações. A ata foi aprovada. Informes da Presidência do
32 CONSEA: (i) Renato Maluf anunciou a saída do Coordenador-Geral da Secretaria
33 Executiva do CONSEA, Aloísio Pereira Lopes de Melo, e da Técnica da Secretaria
34 Executiva do CONSEA, Cibele Oliveira, e em substituição a estes, apresentou Paulo
35 Estevão Cavalcanti e Mirlane Guimarães, respectivamente; (ii) Foram submetidos à
36 apreciação dos Conselheiros convites da presidência do CONSEA à Oxfam International e
37 à Action Aid International, organizações não-governamentais internacionais que atuam na
38 área de Segurança Alimentar e Nutricional, para que estas participem, como observadoras,
39 deste Conselho; (iii) Foi distribuído aos Conselheiros o questionário “Informação para
40 Capacitação dos Conselheiros” para escolha de temas a serem abordados numa capacitação
41 (os temas seriam apresentados a posteriori); (iv) Renato Maluf também informou que o
42 CONSEA, com o novo decreto, é constituído de 19 Ministros(as) de Estado e 38
43 representantes da Sociedade Civil. Dessa forma a Comissão de Transição deverá se reunir



44 para escolher mais dois representantes da Sociedade Civil, uma vez que o Conselho tem
45 hoje 36 representantes. Após esses Informes, o Presidente passou a palavra ao Sr. Ministro
46 de Estado, Patrus Ananias, que saudou os presentes e informou que: (i) A Sr^a. Adriana
47 Aranha assumiu a Chefia de Gabinete do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate
48 à Fome; (ii) Considera que o Programa Fome Zero está cumprindo o projeto a que foi
49 destinado, apesar da incompreensão de muitos setores e da imprensa; (iii) Nos próximos
50 dias será instalada a Câmara Interministerial, instituída pelo Decreto 6.273, de 23 de
51 novembro de 2007, que ficará a cargo do MDS, e seu funcionamento deverá ser
52 regulamentado por meio de Portaria; (iv) Dia 25/02/2008 foi encaminhado ao Congresso
53 Nacional Projeto de Lei sobre Alimentação Escolar e Programa Dinheiro Direto na Escola,
54 alterando a Lei 10.880, de 9 junho 2004; (v) O MDS sofreu reestruturação administrativa.
55 Acrescentou que deve se criar uma consciência no País de que as políticas sociais são
56 permanentes; (vi) O MDS priorizou alguns programas, tais como: a) Programa Bolsa
57 Família, b) Benefício de Prestação Continuada, c) Pró-Jovem Adolescente, d) Programa de
58 Atenção Integral às Famílias, e) Centros de Referência de Assistência Social e Centros de
59 Referência Especializados de Assistência Social, f) Programa de Aquisição de Alimentos,
60 g) Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local, h) Restaurantes
61 populares, cozinhas e banco de alimentos, i) Água, j) Revitalização das bacias
62 hidrográficas. Após a manifestação do Ministro, a Dr^a. Mirian Belchior, Subchefe de
63 Articulação e Monitoramento da Casa Civil, apresentou, resumidamente, a Agenda Social
64 do Governo Federal, mencionando seus Objetivos, Processo de Estruturação e Eixos
65 Temáticos (Redução das Desigualdades, Juventude, Direitos de Cidadania, Cultura,
66 Educação, Saúde e Segurança). Ao final da apresentação, os Conselheiros se manifestaram
67 apresentando questionamentos e sugestões, os quais foram respondidos pela apresentadora.
68 Dando início aos trabalhos na parte da tarde, a Coordenadora-Geral Interina da Secretaria
69 do CONSEA, Carmem Priscila Bocchi, apresentou Informes sobre o PPA e Orçamento das
70 Ações Relacionadas à Segurança Alimentar e Nutricional. O objetivo do informe foi
71 apresentar aos conselheiros os resultados das demandas do CONSEA em relação ao PPA
72 2008-11 e ao Orçamento de 2008. No caso do PPA, as demandas foram encaminhadas por
73 meio da EM 07/07. O informe também tratou de apresentar dados sobre a execução física e
74 financeira das ações monitoradas pelo CONSEA no orçamento. Renato Maluf apresentou
75 formalmente ao CONSEA a Secretária Arlete Sampaio, que assumiu o cargo de Secretária
76 Executiva do MDS, em janeiro de 2008, em substituição à Sr^a. Márcia Lopes. A Secretária
77 Arlete Sampaio representará o MDS no CONSEA, quando da ausência do Ministro Patrus
78 Ananias. Na seqüência dos trabalhos, o Presidente do CONSEA deu algumas orientações
79 para o desenvolvimento dos trabalhos em grupos. Os grupos utilizarão como base para
80 discussão, os documentos: Matriz de Planejamento do CONSEA 2008 e Definição das
81 Prioridades e Programação das Atividades, objetivando: (i) Apontar programas que tenham
82 concepção intersetorial e que sejam potencialmente aptos para tanto; (ii) Definir prioridades
83 que contemplem os principais setores do Governo e da sociedade; (iii) Apontar questões
84 que estejam no âmbito de alcance do CONSEA e que gerem resultados concretos; (iv)
85 Ações basilares na concepção da Política e do Plano Nacional de Segurança Alimentar; (v)
86 Apresentar sugestões para o encaminhamento das discussões sobre planejamento e



87 prioridades; (vi) Quanto à estrutura de funcionamento do CONSEA, Renato apresentou
88 questões orientadoras elaboradas pelo GT Metodologia e Funcionamento e Proposta de
89 Instâncias (6 Comissões Permanentes + 1 Comissão dos Presidentes dos CONSEAs
90 Estaduais, já prevista no Decreto de Regulamentação do CONSEA). Renato Maluf alertou
91 da necessidade de os temas propostos passarem pela Instância correspondente antes de
92 serem apresentados na Plenária. Ao final dos trabalhos dos grupos, os seus respectivos
93 relatores se reuniram para formarem um único documento, a ser apresentado no dia
94 seguinte. Antes de encerrar os trabalhos da Plenária, Informes foram apresentados: (i)
95 Conselheira Silvia do Amaral do Rigon apresentou preocupação sobre a Tecnologia
96 Terminator. Foi distribuído documento aos Conselheiros para tomarem conhecimento do
97 tema. Disse que o Brasil deverá se pronunciar sobre o assunto na COP-9, a ser realizada em
98 maio de 2008, na Alemanha; o CONSEA também deverá discutir a questão; (ii)
99 Conselheiro Malaquias Batista Filho propôs que a VI Plenária do CONSEA aconteça em
100 Recife, nos 4 e 5 de setembro/2008, por ocasião do centenário do nascimento de Josué de
101 Castro; (iii) O Presidente do CONSEA Nacional sugeriu a inclusão de um ponto de pauta
102 na discussão sobre a estrutura e funcionamento do CONSEA, que diz respeito ao exercício
103 da Presidência do Conselho, objetivando chegar a uma proposta sobre a natureza dessa
104 função e as condições para o exercício da mesma por parte de um(a) representante da
105 sociedade civil no CONSEA, nos termos estabelecidos pela Lei 11.346/06 (LOSAN) e
106 sugeriu também a criação de um grupo de trabalho específico no âmbito da Comissão
107 Permanente, que tratará da institucionalização do SISAN, com prazo de dois meses para a
108 apresentação de uma proposta; (iv) O Grupo encarregado de preparar o Seminário do
109 Programa de Aquisição de Alimentos - PAA está trabalhando numa proposta de seminário,
110 com previsão de acontecer no final de maio de 2008. Dando continuidade aos trabalhos na
111 parte da tarde, os Conselheiros foram divididos em três Grupos de Trabalho para discutirem
112 o Planejamento das Atividades do CONSEA e o seu Funcionamento. Pauta do dia 27: 9.
113 Programação das atividades do CONSEA de 2008 e do seu funcionamento – 09 às 12:30 –
114 9.1 Apresentação dos resultados dos Grupos de Trabalho reunidos no dia anterior, 9.2
115 Debates, 9.3 Encaminhamentos; 10. Reuniões das Comissões Permanentes (obs.:
116 programação condicionada à aprovação pela plenária) – 14 às 18h - 14:00 – 16:00:
117 Comissão Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento,
118 Comissão Permanente 3 – Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,
119 Comissão Permanente 4 – Direito Humano à Alimentação Adequada; 16:00-18:00:
120 Comissão Permanente 1 - Regulamentação e institucionalização do Sistema Nacional de
121 Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, Comissão Permanente 5 - Segurança
122 Alimentar e Nutricional das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais,
123 Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas; 11.
124 Reapresentação do Documentário sobre direito humano à alimentação adequada “PERAÍ, É
125 NOSSO DIREITO!” – 18h; 12. Encerramento do segundo dia – 18:30. A seqüência da
126 reunião, no dia 27/02/2008, teve início com a Apresentação do Documentário sobre direito
127 humano à alimentação adequada “PERAÍ, É NOSSO DIREITO!” O presidente do
128 CONSEA, Renato Maluf, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e solicitando a
129 indicação de dois Conselheiros para integrarem a Comissão de Avaliação, que acompanha e



130 avalia os Termos de Parceria dos Programas Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e
131 Água para Produção (P1+2), estabelecidos entre MDS e Associação P1MC. Foram
132 indicados e aprovados os nomes de (i) Elza Maria Franco Braga (Especialista/Pesquisadora
133 da Universidade Federal do Ceará) como titular da Comissão que vai acompanhar o P1MC
134 e (ii) Rui Ricard da Luz (Movimento de Combate à Fome) como titular da Comissão que
135 vai acompanhar o P1+2. Sendo que, enquanto um Conselheiro é titular em uma Comissão,
136 o outro será Suplente na outra. Carmem Priscila Bocchi apresentou o resultado dos
137 trabalhos dos Grupos relativos à Programação das Atividades do CONSEA de 2008 e seu
138 Funcionamento, e Matriz de Planejamento do CONSEA 2008. As informações extraídas
139 deste trabalho servirão de subsídios para os temas das próximas Plenárias do CONSEA.
140 Renato Maluf passou a palavra ao Deputado Nazareno Fonteles (PT-PI), que se pronunciou
141 acerca do Projeto de Lei da Alimentação Escolar e Programa Dinheiro Direto na Escola.
142 Segundo o Deputado é importante que o Projeto de Lei seja discutido em Comissão
143 Especial, agilizando, assim, o seu processo. E lembrou também do centenário de Josué de
144 Castro. A Sr^a. Albaneide Peixinho, Coordenadora do Programa Nacional de Alimentação
145 Escolar – PNAE, agradeceu ao CONSEA pelo apoio na discussão do Projeto de Lei da
146 Alimentação Escolar, que vem acontecendo há pelo menos três anos. Disse que o início
147 dessa discussão aconteceu a partir de um GT de Alimentação Escolar e que está havendo
148 avanços no processo de consolidação de uma política alimentação escolar. A seguir, sobre a
149 estrutura e funcionamento do CONSEA (i) Ocorreu um debate sobre se haveria
150 superposição ou não da CP2 SAN e Desenvolvimento e CP3 Política e Planejamento
151 Nacional de SAN. Encaminhou-se que as duas Comissões seriam mantidas. Contudo,
152 houve a preocupação de que a denominação estaria genérica e que seria melhor trabalhá-la
153 mais, talvez retomando a formulação original de SAN e Estratégias de Desenvolvimento, o
154 que seria resolvido na própria Comissão. (ii) Falou-se também sobre a rotatividade da
155 Coordenação das Comissões. Ficou definido que as Comissões receberiam orientação para
156 realizar avaliações periódicas, anuais, de seu funcionamento, incluindo as Coordenações
157 (representadas pela sociedade Civil) e as Relatorias (representadas pelo Governo), e cada
158 Comissão escolheria seu Coordenador e Vice-Coordenador. (iii) Houve também a proposta
159 da criação de uma Mesa Diretiva do CONSEA, que seria composta pelo Presidente e
160 Secretário-Geral do CONSEA mais o Presidente da Comissão dos Presidentes dos CONSEs
161 Estaduais mais 2 Coordenadores das Comissões Permanentes do CONSEA, em regime
162 rotativo. A proposta foi aceita, contudo os nomes dos dois coordenadores seriam indicados
163 a posteriori. A proposta de Renato Maluf a respeito do exercício da Presidência do
164 Conselho foi aprovada e acrescida da possibilidade de se discutir também as presidências
165 dos CONSEAs Estaduais. Quanto às Tecnologias de Restrição de Uso Genético – GURTs
166 ou Tecnologia Terminator, a Conselheira Maria Emília Pacheco apresentou moção de
167 repúdio às mesmas. Com 1 voto contra, da Conselheira Carla Bencke, da Associação
168 Brasileira da Indústria de Alimentos – ABIA, e 31 votos a favor foi aprovada proposta para
169 o CONSEA encaminhar a moção em forma de Recomendação ao Governo Brasileiro,
170 através da Casa Civil Presidência da República, para ser levada em conta pela Delegação
171 Brasileira à COP-9. O Sr. Daniel Kluppel Carrara, representando a Confederação Nacional
172 da Agricultura – CNA, registrou posição contrária da instituição à moção apresentada. O



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



173 Sr. Paulo Guilherme, do Ministério do Meio Ambiente, propôs a elaboração de uma agenda
174 de eventos extra CONSEA, a acontecerem em 2008. O Conselheiro Francisco A. da
175 Fonseca Menezes lembrou que as Comissões têm a possibilidade de convidar especialistas
176 para discutir assuntos de seus interesses. Na parte da tarde deste dia, aconteceram as
177 Reuniões das Comissões Permanentes, conforme segue: 1) 14:00 – 16:00 – (i) Comissão
178 Permanente 2 - Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento; (ii) Comissão
179 Permanente 3 – Política e Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; (iii)
180 Comissão Permanente 4 – Direito Humano à Alimentação Adequada. 2) 16:00-18:00 – (i)
181 Comissão Permanente 1 - Regulamentação e institucionalização do Sistema Nacional de
182 Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN; (ii) Comissão Permanente 5 - Segurança
183 Alimentar e Nutricional das Populações Negras e Povos e Comunidades Tradicionais; (iii)
184 Comissão Permanente 6 - Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Indígenas.
185 Reapresentação do Documentário sobre direito humano à alimentação adequada “PERAÍ, É
186 NOSSO DIREITO!”. Encerramento dos trabalhos do dia 27/02/2008.

187

188

Brasília, 27 de fevereiro de 2008.

Renato S. Maluf
Presidente

Patrus Ananias
Secretário



LISTA DE PRESENÇA DA III REUNIÃO PLENÁRIA

DATA: 26 e 27 de fevereiro de 2008

189

190

191

192 **SOCIEDADE CIVIL**

193 Alberto Ercílio Broch

194 Aldenora Pereira da Silva

195 Altemir Tortelli

196 Ana Lúcia Pereira

197 Antonio José da Costa

198 Antonio Ricardo Domingos da Costa

199 Carlos Eduardo Oliveira de Souza Leite

200 Daniela Sanches Frozi

201 Elda Regina Leite Galvão de Ávila

202 Francisco Antonio da Fonseca Menezes

203 Gleyse Maria Couto Peiter

204 Irio Luiz Conti

205 Maria Emilia Pacheco

206 Naidison de Quintelle Baptista

207 Nelito Nonato Dornelas

208 Raimundo Reis Nobre

209 Regina da Silva Miranda

210 Regina Maria de Vasconcellos Carvalhaes de Oliveira

211 Rui Ricard da Luz

212 Ubiraci Dantas de Oliveira

213 Valeria Paye Pereira

214

215 **SUPLÊNCIAS DA SOCIEDADE CIVIL**

216 Ari Antônio dos Reis

217 Carla Bencke

218 Delzi Maria de Araújo Castro

219 Dulce Terezinha da Cunha

220 Elisabeta Recine

221 Haroldo da Silva Ferreira

222 Jose Divino Lopes Filho

223 Letícia Luiza

224 Pedro Monteiro Torres Neto

225 Theonas Gomes Pereira

226

227 **REPRESENTANTES DOS MINISTROS**

228 FNDE/PNAE – Maria do Carmo de J. Botafogo

229 Ministério da Educação e Cultura - Albaneide Peixinho

230 Ministério da Integração Nacional - Dorotea Blos

231 Ministério das Cidades – Sônia Lúcia dos Reis Alves

232 Ministério do Desenvol. Social e Combate à Fome – Onaur Ruano

233 Ministério do Meio Ambiente – Egon Krakhecke



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



-
- 234 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - José Geraldo França Diniz
235 Secretaria Esp. De Pol. De Prom. Da Igualdade Racial – Jorge Luiz Carneiro de Macedo
236 Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Jader Oliveira
237 Secretaria-Geral da Presidência da República – Antônio Roberto Lambertucci
238

OBSERVADORES

- 239 Assessoria Especial da RR – Adriana Santos
241 Assessoria Especial da RR – Selvino Heck
242 CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente – Alexandre Luiz Rodrigues Alves
243 Confederação das Mulheres do Brasil – Gláucia de Fátima Barban Morelli
244 Ministério Público Federal – Emília Ulhoa Botelho
245 Talher Nacional – Meiry Andréa Borges David
246 CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Roseli Andrade
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Danile Kluppel Carrara

CONVIDADOS

- 247 Ana Flávia Rocha de Mello e Souza
248 Alaíde Oliveira do Nascimento
249 Alexandro R. Pinto
250 Antônio Leopoldo
251 Bianca Lazarini Cunha
252 Carolina Magno
253 Daniela Siqueira
254 Danilo Vieira
255 Dionara Borges Andreani Barbosa
256 Frederico Guanais
257 Guilherme Crispim Hundley
258 Iara Monteiro
259 Junia Paula Gomes de Almeida
260 Kamila Thabita Alves da Silva
261 Karen Santana de Almeida
262 Lea Rocchi Sales
263 Leonor Maria Pacheco Santos
264 Letícia Santana Silva
265 Luciane Ferrareto
266 Lucélia Luiz Pereira
267 Mariana Cortes]
268 Patrícia Chaves Gentil
269 Patrícia Dário El-Moor Hadja
270 Pedro Bavaresco
271 Renata Mainenti Gomes
272 Sigildes Bacelar Francesconi
273 Teresa Lamounier
Tânia M. E. Cruz
Thaís Franceschini



Presidência da República

Conselho Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional



Valeria Buriti – ABRANDH
Célia Varela – FIAN Brasil
Kátia Maria – RJ
Ângela Rocha - BA